



CLIPPING INTERNET
14/06/2020 ATÉ 14/06/2020



INDÍCE

1	DESEMBARGADOR	
	1.1 BLOG DO CHICO ARAÚJO.....	1
	1.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	2
2	EXECUÇÕES PENAIS	
	2.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	3
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	4
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	5
	4.2 SITE O MARANHENSE.....	6
5	VARA CRIMINAL	
	5.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	7

EXCLUSIVO! Desembargadora manda soltar mais um citado no caso do ex vereador de Barra do Corda que já está em liberdade

Habeas Corpus impetrado pelo Advogado Dr. Salatiel em favor do paciente Joackson Pereira Nascimento
A desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa, analisando o habeas corpus impetrado pelo advogado de defesa, Dr. Salatiel Costa dos Santos, mandou por em liberdade o Sr. Joackson Pereira Nascimento, que teria ligação no caso em que foi acusado o ex vereador de Barra do Corda-Ma, Sr. Carlito Santos, que também já se encontra em liberdade.

A Dra. Nelma Sarney, dentro do seu embasamento jurídico, a luz da análise do habeas corpus, assim se posicionou em sua decisão: [...] Observada a identidade fático-processual entre as situações de corrêus - visto que a decisão do Juízo de primeiro grau impugnada nestes autos também decretou a prisão preventiva do ora paciente, e não existindo qualquer circunstância de caráter exclusivamente pessoal que justifique diferenciação, impõe-se a extensão do benefício concedido na decisão preferida no Habeas Corpus nº 0807336-71.2020.8.10.00000 ao ora paciente Joackson Pereira Nascimento”.

Polícia Civil cumpre mandado de prisão por tráfico de drogas em Imperatriz

A Polícia Civil do Estado do Maranhão cumpriu, na manhã da última quarta-feira (10), mandado de prisão definitiva contra-acusado de tráfico de drogas, na cidade de Imperatriz (MA). O cumprimento se deu, por meio da 10ª Delegacia Regional de Imperatriz, pelo Grupo de Pronto Emprego (GPE).

O mandado cumprido é de prisão definitiva e foi expedido pela Vara de Execuções Penais da Comarca de Imperatriz (MA), no processo nº 0007541-28.2011.8.10.0040.01.0001-08, em desfavor de J. B. M. S. pelo crime de tráfico de drogas.

J. B. M. S. foi preso dentro da residência dele, localizada no Bairro São José. Ele foi conduzido até a Delegacia Regional e, em seguida, encaminhado ao Sistema Penitenciário, onde se encontra à disposição da Justiça.

A Polícia Civil em Imperatriz conta com a colaboração da população pelo Disque-Denúncia (99) 98479-7141 e garante o anonimato de quem informar.

(Informações da SSP-MA)

Alberto Bastos é reconduzido ao cargo de defensor-geral do Maranhão em posse virtual

Em sessão solene virtual realizada na manhã desta sexta-feira (12), o defensor público Alberto Pessoa Bastos foi reconduzido ao cargo máximo da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), de onde permanecerá comandando as ações da instituição maranhense pelos próximos dois anos. Na mesma cerimônia, o chefe da DPE reconduziu o defensor Gabriel Furtado Santana ao cargo de subdefensor-geral e deu posse ao também defensor público Ideválter Nunes da Silva, na direção da Corregedoria-Geral da DPE/MA.

Adotando todas as medidas de segurança e prevenção recomendadas pelas autoridades de saúde em razão da pandemia da Covid-19, o evento foi realizado na Sala do Conselho da DPE/MA, em São Luís, com transmissão ao vivo pelo canal oficial da instituição no YouTube.

Após saudações e agradecimentos a autoridades dos três Poderes, defensores públicos, servidores, estagiários, colaboradores e sociedade civil, os integrantes da nova formação da Administração Superior da DPE/MA para o biênio 2020/2022 se revezaram em falas que enaltecem o crescimento institucional vivenciado nos últimos anos, abordando ainda os desafios e perspectivas pós-pandemia.

Segundo Alberto Bastos, a despeito do trabalho de grande relevância da Defensoria na prestação da orientação jurídica, integral e gratuita, a gestão continuará investindo na promoção dos direitos humanos e na redução das desigualdades sociais, fortalecendo diretrizes como a aproximação com a comunidade, o reforço nas ações de incentivo à solução administrativa de conflitos e à adoção de medidas de caráter socioambiental.

“Ciente dos enormes desafios que nos aguardam, permaneceremos neste caminho, na perspectiva de tornar a Defensoria ainda mais resolutiva e eficiente, que cumpre com o seu papel essencial na garantia de direitos aos mais necessitados, impactando de forma positiva na qualidade de vida de milhares de cidadãos maranhenses, como um verdadeiro órgão de transformação social”, assinalou o defensor-geral em seu discurso.

No pronunciamento do subdefensor-geral Gabriel Furtado Soares, ele destacou os esforços que serão envidados pela gestão no fortalecimento do processo de expansão institucional. “O Maranhão merece e precisa de uma Defensoria Pública forte, presente em todos os municípios”. Gabriel Furtado acrescentou ainda que a sociedade terá uma Administração preparada para os tempos difíceis que se avizinham.

“Falando por mim, por Alberto e por Ideválter, posso dizer que estamos prontos, vamos prosperar na dificuldade. Vamos combater o bom combate, com fé. Não por nós, mas por milhões de maranhenses”.

Em substituição ao defensor José Augusto Gabina, o novo corregedor-geral da DPE, para os próximos dois anos, falou dos desafios da missão. Ideválter Nunes foi o primeiro defensor-geral de carreira da instituição, depois de declarada sua autonomia, entre os anos de 2002 e 2006.

“Meu dever à frente da Corregedoria será o de buscar sempre o consenso e o bom senso na avaliação e correção das atividades dos colegas defensores públicos em sintonia com a finalidade institucional, com as

justas reivindicações dos nossos assistidos, visando a eficiência e a qualidade que tanto nos honra, engrandece e nos orgulha da nobre missão que abraçamos”, destacou.

Também presente à solenidade, a diretora da Escola Superior da Defensoria Pública, Cristiane Marques, parabenizou os empossados, elogiando o trabalho realizado nos últimos dois anos, o qual classificou como “inovador e de perfil dinâmico”. Ela fez ainda um reconhecimento aos gestores pela importância dada à representatividade da mulher em seus primeiros mandatos. “Tivemos aqui um exemplo de administração plural, dando espaço a quem os merecem e isso é muito bem-vindo para as mulheres”, pontuou.

A sessão solene também foi marcada pelos pronunciamentos, por áudio ou vídeo, de autoridades que integram o Sistema de Justiça maranhense, dentre eles o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, o presidente da Ordem dos Advogados do Maranhão, Thiago Diaz, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Tayrone Silva, o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luíz Gonzaga Martins Coelho, o secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, e o ex-corregedor-geral de Justiça, Marcelo Carvalho.

Continue

lendo

em:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/06/alberto-bastos-e-reconduzido-ao-cargo.html>

Justiça pões em liberdade o ex-delegado Thiago Bardal

Em decisão tomada nesta sexta-feira (12), o juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal, colocou em liberdade o ex-delegado da Polícia Civil, Thiago Mattos Bardal e o policial civil João Batista Marques dos Santos, o "Batistinha".

Os dois estavam presos no anexo destinado a policiais civis na Cidade Operária. Eles são acusados de facilitarem a ação de quadrilhas de assaltantes de banco para receberem vantagem financeira. Na decisão o juiz condena o ex-delegado a 7 anos e 8 meses de reclusão e mais multa. Como o ex-delegado estava preso há mais de 1 ano, o juiz concedeu a liberdade para que Thiago Bardal cumpra a pena em regime semi-aberto.

Já o policial civil João Batista Marques, foi condenado a 7 anos e oito meses de reclusão e pagamento de multa.

O único acusado no mesmo processo que não ganhou a liberdade foi Werther Ferraz Lima. Ele foi condenado a 6 anos, 3 meses e 20 dias de reclusão e vai continuar preso porque não preenche os requisitos para responder em liberdade.

O ex-delegado Thiago Bardal também é acusado de fazer parte ainda de uma quadrilha que contrabandeava cigarros e whisky na Região Metropolitana.

Ele também é acusado de receber mais de R\$ 100 mil reais por mês de quadrilhas de assaltantes de bancos que agem no interior do Maranhão.

Gonzaga reclama de ação que barrou eleição para a Escola Superior do MP

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho - cujo mandato encerra-se na segunda-feira (15) - reclamou ontem (12), durante reunião do Conselho Superior do Ministério Público - da ação judicial que culminou com a decisão que impediu o colegiado de realizar a indicação do novo diretor da Escola Superior do Ministério Público (ESMP).

A liminar barrando a eleição foi concedida pelo desembargador Kleber Costa Carvalho, das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a pedido do procurador Eduardo Jorge Heluy Nicolau, que substituirá Gonzaga na PGJ daqui a dois dias (saiba mais).

Em sua manifestação, o ainda procurador-geral disse lamentar que o caso tenha ido parar “às portas do judiciário”. “Lamento profundamente porque a gente sempre esteve aberto ao diálogo, ao entendimento. Eu não recebi nenhum telefonema do senhor corregedor e novo procurador [Eduardo Nicolau] para tratar desse tema, e nós sempre tivemos esse diálogo. Estranhamente só não estamos tendo agora, no final da minha gestão, e após essa eleição, porque durante os quatro anos, quem acompanhou sabe, e ele reconhecidamente, se um homem justo haverá de reconhecer, que eu fiz uma gestão republicana, dando todas as condições à corregedoria”, afirmou.

Ele defendeu que o assunto poderia ter sido debatido, e resolvido, internamente. “Eu acho que a gente tem esse poder de autocomposição, que é buscar a resolução internamente, nós não precisaríamos ir às portas do Judiciário. Achei uma forma afrontosa, não a mim, mas ao Conselho Superior”, completou.

Luiz Gonzaga explicou, ainda, que não estava pensando em ter ingerência sobre a gestão do novo procurador-geral ao marcar a escolha do diretor da ESMP para sexta-feira. Segundo ele, na verdade, o pleito foi adiado, não antecipado, em virtude da eleição pra a PGJ.

“Por que não se foi marcada a eleição para antes? Porque nós estávamos no meio de uma eleição, onde um candidato, tinha os dois candidatos disputando: doutor Márcio Thadeu que era o atual diretor [da Escola Superior do MP], e doutor Eduardo Nicolau [eleito novo procurador-geral]. Imagine abrir o processo de eleição da Escola em meio a um processo eleitoral para o cargo de procurador-geral”, concluiu.

CNJ apoia pleito da OAB-MA sobre suspensão de prazos no lockdown

A Seccional Maranhão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), por meio da Procuradoria Estadual de Defesa das Prerrogativas e do presidente Thiago Diaz, obteve durante a semana mais uma importante vitória para advocacia maranhense ao ter acolhido, pelo CNJ, o seu Pedido de Providências para que o Tribunal de Justiça do Maranhão considere suspensos os prazos processuais dos processos eletrônicos em trâmite no seu próprio âmbito e de toda a Justiça Estadual também entre os dias 05 e 10 de maio, período em que as comarcas da grande Ilha já se encontravam em regime de “lockdown”.

Ainda no mês de maio, por determinação do presidente da OAB/MA, a Procuradoria Estadual de Defesa das Prerrogativas da OAB/MA, em um trabalho conjunto dos procuradores, João Bispo Serejo Filho, Pedro Eduardo Ribeiro de Carvalho e Dihones Nascimento Muniz, entrou no Conselho Nacional de Justiça com pedido de Providências para que o Tribunal de Justiça do Maranhão, que já havia considerado suspensos os prazos processuais dos processos eletrônicos entre 11 e 17 de maio, também reconhecesse a suspensão dos prazos no período compreendido entre os dias 05/05/2020 e 17/05/2020.

Em seu voto, o Conselheiro Relator André Godinho, invocou o princípio da segurança jurídica para votar favorável ao pleito da Seccional. “Diante da informação trazida pela OAB/MA no sentido de que diversos prazos não puderam ser atendidos entre os dias 05 e 10 de maio, em razão da existência de Decreto Estadual de lockdown no Estado Maranhão e em atenção aos princípios da segurança jurídica, VOTO pela PROCEDÊNCIA do pedido formulado no presente Pedido de Providências, determinando ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão que considere suspensos, no referido período, os prazos processuais nos processos eletrônicos em trâmite no seu próprio âmbito e de toda a Justiça Estadual, nos termos da Resolução CNJ 318/2020 e do Decreto Estadual nº 35.784, de 03 de maio de 2020”, votou.

“Temos atuado constantemente na defesa dos direitos e garantias da advocacia maranhense nesse período de Pandemia. Atentos à incongruência entre o que determinou o CNJ e o disciplinado pelo TJMA, através da Portaria Conjunta nº 232020 do TJMA, solicitei de nossos procuradores que ingressassem com um pedido de providências para que o período correto de suspensão dos prazos fosse observado em respeito classe e ao princípio da segurança jurídica”, explicou o presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz.

Diaz destaca ainda a importância do trabalho dos procuradores da OAB Maranhão. “Um importante trabalho de nossa Procuradoria na obtenção de mais esta vitória para advocacia maranhense. Esta atuação conjunta e atenta aos anseios das advogadas e advogados maranhenses só tem a contribuir para o fortalecimento da classe em nosso Estado” finalizou.

O pedido de Providências da OAB Maranhão se deu em função do desacordo da Portaria Conjunta nº 232020 do TJMA com a Resolução 318/20 do CNJ. Publicada no dia 13 de maio, a Portaria 23/2020 da Justiça Estadual determina que os prazos processuais, nos feitos que tramitam em meio eletrônico, fiquem suspensos em razão da imposição de medidas sanitárias restritivas à livre locomoção de pessoas estabelecidas no Decreto nº 35.784,

pelo período de 11 a 15 de maio de 2020.

O Procurador Geral da OAB/MA, João Bispo Serejo Filho, destacou que “o Código de Processo Civil, no Artigo 221, prevê a suspensão de prazo por “obstáculo criado em detrimento da parte”, sendo certo que, a pandemia, por si só, já foi suficiente pra manter os prazos suspensos por longo período, assim, razoável que, sob o regime de “Lockdown” não se cogite o transcurso de prazos. Aproveito o ensejo para agradecer e registrar elogios ao trabalho do Procurador Pedro Eduardo, que conduziu a demanda em nossa Procuradoria”.

De acordo com o Art. 2º da resolução 318/20 do CNJ, “Em caso de imposição de medidas sanitárias restritivas à livre locomoção de pessoas (lockdown) por parte da autoridade estadual competente, ficam automaticamente suspensos os prazos processuais nos feitos que tramitem em meios eletrônico e físico, pelo tempo que perdurarem as restrições, no âmbito da respectiva unidade federativa.

Em função disso, a OAB Maranhão pediu ao CNJ que o TJMA fosse compelido a considerar suspensos, também entre 05/05/2020 e 10/05/2020, os prazos processuais pertinentes a autos eletrônicos e não-eletrônicos, em acordo com o Decreto Estadual 35.784/2020 e em respeito à Resolução 318 do CNJ.

Alberto Bastos é reconduzido ao cargo de defensor-geral do Maranhão em posse virtual

Em sessão solene virtual realizada na manhã desta sexta-feira (12), o defensor público Alberto Pessoa Bastos foi reconduzido ao cargo máximo da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), de onde permanecerá comandando as ações da instituição maranhense pelos próximos dois anos. Na mesma cerimônia, o chefe da DPE reconduziu o defensor Gabriel Furtado Santana ao cargo de subdefensor-geral e deu posse ao também defensor público Ideválter Nunes da Silva, na direção da Corregedoria-Geral da DPE/MA.

Adotando todas as medidas de segurança e prevenção recomendadas pelas autoridades de saúde em razão da pandemia da Covid-19, o evento foi realizado na Sala do Conselho da DPE/MA, em São Luís, com transmissão ao vivo pelo canal oficial da instituição no YouTube.

Após saudações e agradecimentos a autoridades dos três Poderes, defensores públicos, servidores, estagiários, colaboradores e sociedade civil, os integrantes da nova formação da Administração Superior da DPE/MA para o biênio 2020/2022 se revezaram em falas que enaltecem o crescimento institucional vivenciado nos últimos anos, abordando ainda os desafios e perspectivas pós-pandemia.

Segundo Alberto Bastos, a despeito do trabalho de grande relevância da Defensoria na prestação da orientação jurídica, integral e gratuita, a gestão continuará investindo na promoção dos direitos humanos e na redução das desigualdades sociais, fortalecendo diretrizes como a aproximação com a comunidade, o reforço nas ações de incentivo à solução administrativa de conflitos e à adoção de medidas de caráter socioambiental.

"Ciente dos enormes desafios que nos aguardam, permaneceremos neste caminho, na perspectiva de tornar a Defensoria ainda mais resolutiva e eficiente, que cumpre com o seu papel essencial na garantia de direitos aos mais necessitados, impactando de forma positiva na qualidade de vida de milhares de cidadãos maranhenses, como um verdadeiro órgão de transformação social", assinalou o defensor-geral em seu discurso.

No pronunciamento do subdefensor-geral Gabriel Furtado Soares, ele destacou os esforços que serão envidados pela gestão no fortalecimento do processo de expansão institucional. "O Maranhão merece e precisa de uma Defensoria Pública forte, presente em todos os municípios". Gabriel Furtado acrescentou ainda que a sociedade terá uma Administração preparada para os tempos difíceis que se avizinham.

"Falando por mim, por Alberto e por Ideválter, posso dizer que estamos prontos, vamos prosperar na dificuldade. Vamos combater o bom combate, com fé. Não por nós, mas por milhões de maranhenses".

Em substituição ao defensor José Augusto Gabina, o novo corregedor-geral da DPE, para os próximos dois anos, falou dos desafios da missão. Ideválter Nunes foi o primeiro defensor-geral de carreira da instituição, depois de declarada sua autonomia, entre os anos de 2002 e 2006.

"Meu dever à frente da Corregedoria será o de buscar sempre o consenso e o bom senso na avaliação e correção das atividades dos colegas defensores públicos em sintonia com a finalidade institucional, com as

justas reivindicações dos nossos assistidos, visando a eficiência e a qualidade que tanto nos honra, engrandece e nos orgulha da nobre missão que abraçamos", destacou.

Também presente à solenidade, a diretora da Escola Superior da Defensoria Pública, Cristiane Marques, parabenizou os empossados, elogiando o trabalho realizado nos últimos dois anos, o qual classificou como "inovador e de perfil dinâmico". Ela fez ainda um reconhecimento aos gestores pela importância dada à representatividade da mulher em seus primeiros mandatos. "Tivemos aqui um exemplo de administração plural, dando espaço a quem os merecem e isso é muito bem-vindo para as mulheres", pontuou.

A sessão solene também foi marcada pelos pronunciamentos, por áudio ou vídeo, de autoridades que integram o Sistema de Justiça maranhense, dentre eles o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, o presidente da Ordem dos Advogados do Maranhão, Thiago Diaz, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Tayrone Silva, o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luíz Gonzaga Martins Coelho, o secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, e o ex-corregedor-geral de Justiça, Marcelo Carvalho.

A transmissão ao vivo pela internet permitiu, ainda, que a posse virtual tenha sido acompanhada pelo vice-governador do Estado, Carlos Brandão, pelo secretário da Sedihpop, Francisco Gonçalves, por defensores públicos, com destaque para os membros eleitos e suplentes do Conselho Superior da DPE/MA, servidores, estagiários e demais colaboradores da instituição, além de familiares dos empossados. Também foram destacados a presença online do coordenador da Central de Relacionamento com o Cidadão, Thiago Josino Carrilho, do presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Maranhão (Adpema), Cristiano Matos, e da ouvidora-geral da Defensoria, Márcia Maia.